

“A HORA DOS INTELLECTUAIS”
Literatura, imprensa e engajamento no Brasil (1964-1967)
“THE TIME OF THE INTELLECTUALS”
Literature, press and engagement in Brazil (1964-1967)

Rodrigo Czajka¹

Resumo

A resistência à ditadura militar no Brasil (1964-1985) teve inúmeras faces, sobretudo, nos meios intelectualizados. Neste artigo será debatida a atividade de alguns escritores e jornalistas no processo de articulação como intelectuais de esquerda na oposição ao regime militar, como “resistência cultural” assumida em variadas formas no contexto de politização da cultura e do mercado de bens culturais em meados da década de 1960.

Palavras-chave

Intelectuais; resistência; ditadura; imprensa.

Abstract

The resistance to the military dictatorship in Brazil (1964-1985) had many faces, especially among intellectuals. This article will discuss the activity of some writers and journalists in the process of articulation as leftist intellectuals in opposition to the military regime, as "cultural resistance" in various forms assumed in the context of politicization of culture and cultural goods market in the mid 1960's.

Keywords

Intellectuals; resistance; dictatorship; press.

Submetido em 16/08/2013

Aceito em 02/09/2013

O que importa destacar nessa longa novela é o fato de ter sido apreendido um livro, de terem sido presos cidadãos por terem escrito esse livro; de ser o fato de escrever um livro tido como crime e objeto de apuração através de inquérito militar. É evidente que tudo mais é secundário.

Nelson Werneck Sodré (1965, p. 04)

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professor do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Paulista (UNESP), Campus Marília. Organizou, juntamente com Marcos Napolitano e Rodrigo Patto, o livro *Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural* (EDUEMG, 2013).

1. A cultura de esquerda e a emergência do intelectual na década de 1960

No Brasil, o ano de 1964 constituiu-se em um marco da história política e cultural do país. O golpe de Estado conduzido pelos militares e a instauração de um governo autoritário fez promover intensa perseguição a trabalhadores, sindicatos, estudantes, intelectuais, membros da Igreja Católica; expurgos de professores, funcionários públicos e mesmo militares tornava-se crescente. Período em que a chamada “operação limpeza” tinha não somente um apelo político, mas moral: seu objetivo era, além de promover a reforma da estrutura de Estado, instaurar uma nova ordem legal e jurídica a partir dos ditames do poder militar centralizador.

Mesmo que houvesse relativa liberdade no âmbito da justiça ordinária, ela não representava esse cenário inicialmente associado, sobretudo à repressão imediata aos estudantes, funcionários públicos e trabalhadores sindicalizados². Emerge, contudo, na contraposição dessas manifestações arbitrárias do Estado autoritário, uma resistência político-cultural constituída, em um primeiro momento, pelo setor de imprensa. Tal qual afirma Bernardo Kucinski,

surgiu a imprensa alternativa da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações institucionais que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade. [...] Assim, apesar de sua natureza essencialmente jornalística, a imprensa alternativa acabou se tornando o principal espaço de reorganização política e ideológica das esquerdas nas condições específicas do autoritarismo (Kucinski, 1991, p. 161).

Mesmo na grande imprensa alguns focos de resistência surgiram frente à estrutura repressiva do Estado a partir de 1964. Somente no mês de maio daquele ano, por exemplo, o jornal carioca *Correio da Manhã* publicou uma dezena de textos (entre artigos, matérias, notas e editoriais) enfocando a resistência dos intelectuais às práticas coibentes do governo militar. A articulação de intelectuais e artistas nos meios de comunicação fez inicialmente da imprensa um espaço privilegiado de resistência das *formações culturais*³. Por meio de jornais e revistas, a intelectualidade projetou-se publicamente em defesa da liberdade de pensamento e da criação

² Sobre a repressão promovida após a promulgação do Ato Institucional nº 2 ver: Gaspari, 2004, p. 254-255.

³ O conceito de *formação cultural* do sociólogo inglês Raymond Williams é pertinente para se pensar as relações e o estabelecimento de redes entre intelectuais, bem como o alcance e a influência que eles exerciam a partir de seus polos de produção cultural. A questão central levantada por Williams é que “temos que lidar não só com instituições gerais e suas relações típicas, mas também com formas de organização e de auto-organização que parecem muito mais próximas da produção cultural” (Williams, 1992, p. 57). Tais processos de “auto-organização” implicam em modelos diferenciados de análise e subentendem a complexidade original das agremiações culturais e intelectuais.

artística, fortalecendo um discurso de resistência política em inúmeros setores da produção cultural no país. Note-se: não era uma ação previamente determinada e colocada em prática pela intelectualidade devotada a um “projeto de resistência”. Era, de certo modo, uma preleção ou, como definira Walnice Nogueira Galvão, um ensaio geral de socialização da cultura em que intelectuais, artistas e produtores culturais foram concebidos como agentes do progresso social, automeados sujeitos da história; por isso tinham a missão de esclarecer os menos favorecidos (Galvão, 1994, p. 186).

Foi-se desenhando certo grau de importância, se não necessidade, destes grupos de intelectuais articularem-se através de instrumentos de comunicação capazes de demonstrar publicamente oposição à política ditatorial do regime de 1964, assim como articular um vocabulário de resistência que pudesse ser compartilhado por eles e pelo conjunto de leitores de jornais e revistas⁴.

Uma das primeiras manifestações contendo essas características foi uma crônica do escritor Carlos Heitor Cony. Publicada do jornal carioca Correio da Manhã em maio de 1964, tornou-se símbolo da convocação de intelectuais e artistas na luta contra as determinações impostas pelo governo militar do marechal Castelo Branco (1964-1967). O escritor tinha sido membro do Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI)⁵ e era amigo do editor Ênio Silveira – proprietário e editor da Editora Civilização Brasileira, onde editava seus romances desde 1958. Foi, entretanto, em um depoimento que prestou ao Inquérito Policial-Militar (IPM)⁶, sobre o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que Cony declarou ao Coronel Gerson de Pina, então encarregado do inquérito, que desconhecia qualquer vinculação do seu nome

⁴ Roberto Schwarz analisou esse processo de constituição da hegemonia cultural de esquerda pelo ascenso do temário de esquerda e oposição ao regime militar no meio editorial. Ver: Schwarz, 1978.

⁵ Sobre o Comando dos Trabalhadores Intelectuais, consultar: Czajka, 2011.

⁶ Os IPMs eram instrumentos de investigação primária, ou seja, serviam como primeira etapa para a construção da peça jurídica composta de denúncia, formulação da acusação, coleta de provas criminais, tomada de depoimento de testemunhas e/ou indiciados e o enquadramento na lei penal (no caso, a militar). O IPM, desde o seu estabelecimento pelo código penal militar, amparado no decreto-lei 6.227 de 24 de janeiro de 1944, tinha por objetivo averiguar a autoria e a materialidade de um crime ou contravenção militar. Sua função como instrumento de investigação era de constituir elementos, indícios e provas para que o Ministério Público Militar conseguisse oferecer uma ação penal ou mesmo seu arquivamento perante a autoridade judiciária. Em virtude da diferenciação das instâncias legislatórias, tais como a estadual e a federal, um IPM poderia ser aberto em qualquer uma destas instâncias, desde que o acusado no inquérito fosse ele próprio um militar. E quando o crime militar fosse cometido por um civil, a investigação dar-se-ia somente na esfera federal. Daí a explicação do porquê inúmeros civis terem sido investigados pelos IPMs na década de 1960, sob a designação da justiça militar federal e não pelos tribunais militares estaduais. [...] Os crimes civis qualificados como militares durante a década de 1960 eram assim descritos por terem sido enquadrados na LSN, promulgada em 04 de abril de 1935 e que sofrera inúmeras alterações durante a vigência da ditadura militar entre 1964 e 1985. Um civil que, porventura, fosse investigado em algum inquérito policial-militar, era considerado pelo código penal militar como infrator da LSN. Outros detalhes consultar: Czajka, 2009.

com o CTI ou mesmo proximidade com o extinto ISEB, como descreve um trecho do depoimento:

Perguntado ao inquirido se sabia qual a relação do CTI com o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) respondeu que: ignoro. Perguntado se sabia que entre os signatários do Comando Trabalhadores Intelectuais ou CTI, existem pessoas ligadas ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), respondeu que: falando com honestidade eu só vim perceber isso, depois do golpe de primeiro de abril, quando pude ler integralmente um manifesto, idealista dos signatários. Acontece, evidente, conhecendo como conheço os intelectuais do Rio, sabia que muitos nomes eram comuns ao ISEB e ao CTI, mas tanto no momento, como mesmo depois, eu não vejo por onde enquadrar o CTI; a menos que isso faça parte de uma manobra subterrânea, que eu, desconhecendo o princípio de outra missão, dessas que me convidaram para o CTI, eu desconhecia, completamente, qualquer vínculo, qualquer circunstância ao ISEB. Eu pessoalmente, nunca fui ao ISEB e nunca pertenci ao ISEB (Inquérito Policial-Militar n. 481, v. 02, p. 242).

A convocação de Cony para depor no IPM do ISEB foi uma resposta imediata dos militares ao enfrentamento que o escritor vinha promovendo nas páginas do Correio da Manhã, desde os primeiros dias de abril de 1964. Interrogado a fim de dar explicações sobre a ofensiva que vinha realizando no periódico no qual desempenhava a função de editor, Cony foi curiosamente acusado de subversão neste inquérito sobre o ISEB. De fato, o escritor nunca mantivera qualquer relação profissional com o instituto, investigado por promover cursos sobre marxismo e teorias socialistas para estudantes secundaristas e universitários do Rio de Janeiro. Cony poder ter sido, como ele mesmo se definiu, “um homem de oposição”, contudo, em momento algum essa posição confundiu-se com a linha ideológica que os professores do ISEB imprimiam a seus cursos. O que deve ser considerado é que o *début* do cronista no cenário jornalístico e editorial foi notabilizado pela sua resistência ao quadro político que se vislumbrou após o golpe. Tanto que chegou a ser acusado pelo coronel neste IPM de promover a si e a sua obra fazendo uso de um vocabulário de oposição que não lhe cabia, já que o próprio Cony fazia questão de frisar de nunca pertencer a qualquer partido político, sobretudo de esquerda. No seu depoimento ele justificou-se afirmando que

no momento da vida nacional, por uma circunstância que não ia depender de mim, eu fiquei sendo o único homem da oposição, evidente que isso granjeou uma parcela de leitores e eu não tenho nada a ver com isso; não bajulo esses leitores como não bajulo leitor nenhum. Quanto à vendagem dos meus livros, como é natural, vem tendo uma venda em ascensão. [...] Eu não tenho culpa realmente da vendagem que vai ser maior do que vinte mil; a previsão da editora pelo que eu sei, são para atingir os cinquenta mil exemplares (Inquérito Policial-Militar n. 481, v. 01, p. 255-156).

Cony defendia-se no inquérito sobre o ISEB da acusação de colaborar com a subversão comunista. Interessante observar, entretanto, que pouco é indagado sobre a sua relação com o instituto. Algumas das poucas questões que lhe são feitas sobre o ISEB referem-se às pessoas de Roland Corbisier e Álvaro Vieira Pinto⁷ e se o escritor mantinha algum tipo de vínculo com os ex-diretores do instituto. Por outro lado, Cony é inquirido sobre seu posicionamento ideológico e questionado se, de fato, não agia assim usando de má fé um vocabulário esquerdista, a fim de conquistar leitores e simpatizantes com sua particular interpretação sobre o golpe militar. Durante o interrogatório é indagado a Cony

se este processo comercial não está sendo feito brincando com a Segurança Nacional, às custas da Segurança Nacional. [...]. É necessário que o senhor leve uma ideia bem fixa, de como nós estamos aqui levando em alta consideração os problemas da cultura e, com esse assessoramento, às comissões de inquérito. O jornalista se referiu que evidentemente não está de acordo e acha que cultura não deve ser pesquisada [...]. Leio os seus artigos sempre que eles saem porque sou obrigado a coletar material desde que se fale qualquer assunto que traga cultura. [...] O senhor é um jornalista, um homem de ideias. Eu estou aqui apreciando a coisa do ponto de vista da segurança. Evidentemente eu tenho para mim que a cultura não pode ser tão livre, tão cultural a ponto dela se tornar perigosa ao dispositivo de segurança (Inquérito Policial-Militar n. 481, v. 01, p. 256-260).

Interessante de ser observado é que a posição de Cony em relação às esquerdas, às suas lutas e seus discursos sempre foi distanciada, confirmada pelo próprio escritor em inúmeras críticas realizadas na imprensa durante a década de 1960. Fazia questão de frisar em sua coluna semanal, *Da arte de falar mal*, um desprezo por aquilo que se convencionou chamar de “esquerda festiva”, além de manter uma posição claramente descomprometida com os desdobramentos ideológicos que acometeram as oposições a partir do final da década de 1950⁸.

A hora dos intelectuais – crônica publicada posteriormente em uma coletânea de textos intitulada *O ato e o fato*, sucesso editorial em 1964 – sintetizou de forma exemplar a emergência da figura do intelectual e a sua importância na cena pública. Foi publicada originalmente no jornal carioca *Correio da Manhã*, no qual Cony era editor de capa e contracapa do primeiro caderno, dedicadas ao noticiário nacional e internacional. Ele revezava

⁷ Roland Corbisier (1914-2005) e Álvaro Vieira Pinto (1909-1987) foram diretores do ISEB nos anos de 1955-1961 e 1962-1964, respectivamente.

⁸ A questão aqui se refere às denúncias dos crimes de Stalin por Krushev em 1956 e a revisão da estrutura burocrática e ideológica do PCB em 1958, com a *Declaração de Março de 1958*.

com Octavio Farias a redação da capa do Segundo Caderno, uma espécie de caderno de cultura do Correio da Manhã – periódico em que o escritor exerceu seu trabalho entre 1960 e 1965⁹. Aliás, foi nesse mesmo diário que Cony alcançou repercussão pública, quando as edições de 31 de março e 01 de abril de 1964 trouxeram estampadas em suas primeiras páginas os respectivos editoriais: *Basta!* e *Fora!*. Na ocasião o escritor foi, segundo João Amado, um dos responsáveis por estes polêmicos editoriais e neles, de forma apressada, justificava a queda do presidente João Goulart e ascensão de um novo regime como a “única forma de se manter a integridade e a ordem nacional”. Amado escreve que,

os quatro principais redatores de editoriais do Correio da Manhã nesses dias eram Edmundo Moniz, Osvaldo Peralva, Newton Rodrigues e Otto Maria Carpeaux. A redação do "Basta!" é frequentemente atribuída a Moniz, que coordenava o trabalho de seus colegas, a quem cabia a decisão final sobre os textos. Moniz e Peralva negaram, em conversas separadas, em agosto de 1988, que o tivessem redigido, embora admitissem que o tivessem discutido. Carpeaux morreu em 1978. Mas nem Moniz nem Peralva insinuaram que ele fosse o redator. Em julho de 1999, o jornalista Carlos Heitor Cony, contou-me que a base do editorial, na sua primeira versão, foi manuscrita por Carpeaux. Submetida a Moniz, começou um processo de redação conjunta, da qual participaram ele, Cony, Carpeaux e Moniz. Cony informa que o tom do texto pode ser atribuído a ele e a Carpeaux (Amado, Disponível em <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=427MCH002>>. Acesso em 03/04/2007).

No entanto, em relação à crônica *A horas dos intelectuais* o dado curioso é que apesar do distanciamento e até desprezo de Cony pelos círculos esquerdistas, a argumentação do seu texto ia ao encontro dos anseios do grande contingente de profissionais da cultura, perseguidos pelos militares nos primeiros meses após o golpe. Nele evocava-se:

Acredito que é chegada a hora de os intelectuais tomarem posição em face do regime opressor que se instalou no País. Digo isso como um alerta e um estímulo aos que têm sobre os ombros a responsabilidade de serem (sic) a *consciência da sociedade*. E se, diante de tanto crimes contra a pessoa humana e contra a cultura, os intelectuais brasileiros que não moverem um dedo, estarão simplesmente abdicando de sua responsabilidade, estarão traindo o seu papel social e estarão dando uma demonstração internacional de mediocridade moral. [...]. Estão sendo presos ou perseguidos, sacerdotes, professores, estudantes, jornalistas, artistas, economistas – todos os escalões da vida nacional. Os cárceres continuam cheios, e, sem falar nas abomináveis cassações de mandatos, novas prisões são feitas, todos os dias (Cony, 1964, p. 01).

⁹ Informação concedida por Carlos Heitor Cony ao autor em 07/05/2008.

A aparição de Cony neste cenário se fez com escolha cuidadosa de um vocabulário então reivindicado pelas *formações culturais* de esquerda. Pois, a convocação dos intelectuais em nome da defesa das liberdades democráticas havia sido também uma bandeira das esquerdas desde antes do golpe, ao lutar pela autonomia partidária e descentralização das antigas instituições políticas, desde os tempos da ditadura Vargas. Seu posicionamento de intelectual público e o papel atribuído a si mesmo como “consciência crítica da sociedade”, forneceu a Cony a legitimidade necessária ao fazer uso do ideário de resistência e engajamento – mesmo que o escritor o desdenhasse em nome da *sua* liberdade individual. Enquanto esteve no Correio da Manhã, foi acalentado pela opinião pública, recebido como “porta-voz” de uma intelectualidade que emergia na resistência contra o regime instituído. O trabalho que representou o ponto máximo desse reconhecimento público foi, justamente, a publicação d’ *O ato e o fato*. Uma representação do intelectual que procurou manter não só devido à identidade assumida legitimamente pelo escritor no espaço público, mas conquistada pelas nuances comerciais definidoras do mercado editorial em franca expansão naquele momento (Franco, 1998).

Esse aspecto ambíguo (mercado e politização) que reverberou na construção da identidade política de determinados nichos intelectuais na década de 1960, se deu exclusivamente no terreno da produção cultural, na medida em que esta se confirmou como espaço de realização das liberdades democráticas e de unidade por um projeto de transformação social – aliás, anseio de toda uma geração de intelectuais e artistas de esquerda antes e durante a vigência do regime militar. Houve uma intensa e complexa articulação das *formações culturais* no processo de mudança e reconfiguração do papel social de intelectuais e artistas; aquela conjuntura tornava mais complexo e heterogêneo o horizonte político e ideológico das oposições. Complexidade que esteve expressa de forma singular nas manifestações de protesto, nas redefinições dos circuitos de produção cultural, nos apelos desencontrados para convocação de uma resistência organizada – que nunca ocorreu efetivamente. Uma esfera que, por excelência intelectual e artística, deveria tomar o *front* de batalha, já que, continuava Cony,

no campo estritamente cultural implantou-se o Terror. Reitores são substituídos por ordem de militares. Professores são destituídos de suas cátedras e presos. O pânico se generalizou por todas as classes e por todas as cidades. A qualquer hora pode bater um policial à sua porta e levá-lo – sabem Deus e a Polícia para onde.

Os intelectuais brasileiros precisam, urgente e inadiavelmente, mostrar um pouco mais de coragem e de vergonha. Se os intelectuais não se dispuserem a lutar agora – talvez muito em breve não tenham mais o que defender (Cony, 1964, p. 01).

A intervenção de Cony é significativa do ponto de vista da reorganização das oposições ao regime militar. O uso desse vocabulário não fez, obviamente, do escritor um partidário de esquerda, mas deu a ele uma dupla possibilidade: pertencer ao grupo daqueles que representavam a “consciência da sociedade” ao mesmo tempo em que se projetou, enquanto tal, nos círculos oposicionistas. A construção da sua imagem pública como escritor e jornalista de opinião livre e independente, favoreceu a construção de uma identidade editorial que *coincidia* com seu perfil público. Noutras palavras: a incitação promovida por Cony a partir das páginas do Correio da Manhã foi interpretada por seus leitores com um determinado tipo de resistência e fortalecia ainda mais sua personagem polemista ao adentrar, como um guia, em um terreno temático que originalmente pertencias às esquerdas.

As novas configurações sociais do universo intelectual começaram, então, a se tornar visíveis nos meios de comunicação, em especial jornais e revistas de grande circulação. Deixavam, por exemplo, a restrição meramente corporativa de entidades como o CTI, para construir novas relações de natureza consensual entre os intelectuais “porta-vozes” num espaço de representação pública. Há de se constatar que, apesar da heterogeneidade das *formações culturais* e da disputa pela visibilidade comercial e literária no processo de construção da “hegemonia cultural da esquerda” (Schwarz, 1978), insistia-se na manutenção de uma unidade intelectual e na formulação de um projeto que congregasse todos os estratos virtualmente articulados.

Carlos Heitor Cony bem como o poeta Ferreira Gullar constituem exemplos antagônicos de um mesmo processo. Ao contrário de Cony, Gullar era intelectual militante filiado ao PCB em 1964 e, desde 1962, mantinha estreita vinculação com o Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPC da UNE), no Rio de Janeiro e, mais tarde, com a editora Civilização Brasileira. A relação entre ambos esteve marcada tanto pela busca da visibilidade no mercado literário quanto pela emergência da hegemonia cultural de esquerda. Em Cony, essa condição viu-se representada na figura do intelectual que procurava meios necessários para exercer um compromisso político frente ao processo de recrudescimento da repressão militar. Em Ferreira Gullar, esse mesmo compromisso já estava selado há tempos quando, por exemplo, compartilhou das teses do nacional-popular em sua produção poética; além, é claro, da produção teórica de Gullar que também procurou definir o conceito de cultura popular,

sobretudo, em *Cultura posta em questão* (1963) e, mais tarde, em *Vanguarda e subdesenvolvimento* (1969).

O fato é que o comprometimento intelectual com questões políticas e ideológicas durante a década de 1960 esteve intimamente relacionado à formalização de um projeto nacional-popular da cultura e, como dissemos anteriormente, ao engajamento de artistas e intelectuais na luta pela transformação da realidade brasileira. Essa conjuntura, que exigia reunião de esforços individuais em nome da mobilização conjunta nos inúmeros circuitos de produção cultural, possibilitou não somente a politização da cultura e das produções daí decorrentes, como tornou esse espaço um “lugar” da consagração política de certa intelectualidade. Embora Cony e Gullar fossem partidários de diferentes concepções políticas, ideológicas, culturais, etc., ambos estavam inseridos no amplo quadro dos intelectuais engajados, que a partir de suas obras procuravam dar respostas àquela conjuntura. Processo individual de construção de visibilidade pública (se não, comercial) que, nesse primeiro momento de reorganização das oposições, esteve relacionado à tentativa de articulação de uma frente de resistência cultural ao regime militar.

Ainda que distintos Cony e Gullar, ambos têm suas produções associadas em função de tal processo de formação da unidade do contingente intelectual em torno do problema da cultura na década de 1960. O interessante é perceber que os dois compartilhavam, ainda que superficialmente, de um mesmo espaço que favorecia o contato entre projetos distintos conciliados no interior de um contexto heterogêneo de discussão. Mesmo que as afirmações posteriores de Ferreira Gullar sobre Cony, sobre sua incapacidade de compreender e fazer política, ou de estar aquém de qualquer organização de esquerda¹⁰, a forma pela qual se desenhou a relação entre eles naquele momento, é mais complexa e sutil como demonstra a recente reedição do livro de crônicas de Cony, *O ato e o fato*¹¹.

Sua obra referenciava tal temática não porque seu autor fosse realmente militante de esquerda, mas porque Cony dirigia-se a um público que demandava esse tipo de posicionamento do escritor – não somente dele, mas daqueles intelectuais que fizeram

¹⁰ “Cony não era e nunca foi de esquerda [...]. Com isso ele pode ter assinado o manifesto do CTI, porque muita gente assinou [...]. Mas à vezes o cara assina até porque está sentado no bar, o amigo assina e ele assina também”. Apud Vieira, 1996, v. 02, p.69.

¹¹ Na referida edição do livro *O ato e o fato*, no ano de 2004, Carlos Heitor Cony faz a devida referência às sugestões de Ferreira Gullar acerca da redação do artigo homônimo. Cony descreve em nota de pé de página a contribuição de Gullar no que tange à elaboração dos principais argumentos ao até mesmo a redação dos artigos antes publicados no jornal *Correio da Manhã* e depois reunidos em *O ato e o fato* (Cony, 2004).

oposição declarada ao regime militar; é também o momento em que o escritor se afirmaria literariamente com a publicação do seu livro *O ato e o fato*, título homônimo de uma crônica publicada no mesmo jornal em que tecia críticas severas ao governo militar. O livro foi editado pela Civilização Brasileira e em poucas semanas tornou-se um sucesso editorial – apenas numa tarde de autógrafos, durante o lançamento do livro na cidade do Rio de Janeiro, reuniu mais de duas mil pessoas.

2. O Terrorismo Cultural

Na mesma proporção a aglutinação de intelectuais e artistas, em torno de manifestos e cartas abertas ao governo repudiando atos de censura e violência contra a produção e expressão artísticas, continuou a crescer durante o ano de 1964. Também houve um aumento significativo de manifestações organizadas daqueles que direta ou indiretamente viam-se atingidos pela repressão e pelo controle policial comandado pelo governo de Castelo Branco. Inúmeros documentos foram publicados na imprensa, a maioria deles atos de repúdio que representavam inúmeras formas de articulação de setores da sociedade civil em torno da resistência ao regime militar. Verifica-se que emergiam, naquele contexto, novas formas de representação e de uma oposição que, apesar de reivindicar uma unidade de resistência, era culturalmente heterogênea e politicamente desorganizada. As mudanças estruturais da sociedade brasileira davam mostra que as velhas instituições – partidos políticos tradicionais, o Estado, o centralismo burocrático, as ideologias dentre outros – não mais os representava. O elemento catalisador dessa geração, aos poucos, definia-se na busca pela liberdade de criação e expressão, mas a partir da valorização do indivíduo, da liberdade individual e da sua plena realização.

Reivindicava-se a liberdade do indivíduo a partir da sua inserção na esfera da produção e circulação culturais que, por sua vez, não impunha limites à expressão nem tampouco à reflexão. Por isso mesmo, liberdade e cultura apareciam muitas vezes como conceitos sinônimos repetidos em artigos, ensaios, manifestos e cartas abertas, favorecendo o arranjo de novas *formações culturais* e novas dimensões da política. Assim está descrito em muitos artigos de Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde), intelectual de formação católica e humanista, que durante 1964 e 1965 voltou sua atenção para aquilo que ele próprio denominou de “terrorismo cultural”. Em um destes artigos afirma que “não pode haver boa

cultura sem liberdade de pensamento [...]. *Tudo isso revela um estado de fanatismo latente, que se volta contra a Cultura, em sua base mais autêntica: a liberdade*” (Lima, 1968, p. 34).

Alceu Amoroso Lima era conhecido pela sua erudição, pelo seu envolvimento com setores intelectualizados da igreja católica. Foi reitor da Universidade do Distrito Federal, professor catedrático da literatura brasileira na UFRJ, da PUC/RJ e professor visitante em diversas universidades estrangeiras, além de publicar inúmeros livros sobre literatura e teoria literária. A sua formação contribuiu decisivamente à forma como seus artigos e crônicas abordavam as questões referentes à censura no regime militar e, sobretudo, a violência desferida contra professores e funcionários públicos das universidades brasileiras.

Em artigo intitulado *Terrorismo cultural*, Amoroso Lima teve grande repercussão, tanto no meio intelectual quanto acadêmico ao relatar sobre a onda repressiva, a violência física, as prisões e as demissões sumárias de professores e cientistas do setor público no pós-64. A forma pela qual se deu sua intervenção, demonstrando não somente apelo e indignação, mas conclamando a solidariedade de uma classe (os intelectuais e artistas) em torno de uma unidade de resistência e o engajamento, de certo modo, o aproximou das tradicionais lutas das esquerdas políticas e das oposições ao governo militar. Sua representação intelectual (vinculada ao universo da academia e do conhecimento científico) somava-se à transformação do ideário e do vocabulário que as esquerdas então vinham se reorganizando. É evidente que Amoroso Lima não se tornou um militante de esquerda em função dos horrores que suas crônicas e artigos descreviam, mas sua visibilidade pública e literária permitia que a voz das esquerdas ecoasse pelos seus textos. Daí que se compreende, por exemplo, tal como ocorrera com Carlos Heitor Cony, porque seus textos combativos foram reunidos em livro com nome bastante sugestivo: *A experiência reacionária*. Foi Eduardo Portella quem editou, através da editora Tempo Brasileiro, este e mais dois títulos de Amoroso Lima¹². A orelha da edição original de *Revolução: reação ou reforma* demonstrava as condições pelas quais se tornou necessária à publicação em livro das crônicas do autor, antes conhecidas pelos leitores dos jornais:

desde os seus primeiros instantes, Tempo Brasileiro identificou-se logo pelo seu persistente esforço no sentido de pensar o Brasil do ponto de vista do Brasil. [...] Comprometendo-se decisivamente com o Brasil, procurou pensar, discutir e compreender o vasto e inquietante repertório de problemas que temos diante de nós. Imaginou inclusive uma frente única autêntica, aberta e leal, onde o interesse nacional predominasse sobre as possíveis idiossincrasias privadas ou grupais. [...] O que Tempo

¹² Lima, 1964, 1966 e 1968.

Brasileiro procura ser, e quer ser, é movimento de jovens, reflexo fiel do novo Brasil (Vianna, 1964, orelha do livro).

Ou seja, a afirmação intelectual de Amoroso Lima no meio acadêmico foi importante para colocar em pauta neste circuito os problemas em torno do intelectual e da cultura a partir de 1964. Vale ressaltar que a editora Tempo Brasileiro possuía uma linha editorial muito bem definida, que se dirigia exclusivamente a um público acadêmico como principal alvo de suas edições. A própria *Revista Tempo Brasileiro*, coordenada também por Eduardo Portella, procurava manter um debate em torno de temas essencialmente acadêmicos, sem ceder à necessária inclusão de temas ditos de esquerda que influenciaram, por exemplo, a *Revista Brasiliense* (dirigida por Caio Prado Jr.) e a *Revista Civilização Brasileira* (dirigida por Ênio Silveira e o poeta Moacyr Felix) – outras duas grandes revistas do período. Havia, pois, uma diferença substancial entre as revistas Tempo Brasileiro e a *Civilização Brasileira*. Segundo Luiz Eduardo Pereira da Motta, apesar das diversas mudanças ocorridas ao longo da década de 1960, a *Revista Civilização Brasileira* procurou manter sempre o debate acerca das questões políticas e culturais. Por outro lado, a *Revista Tempo Brasileiro*, rompendo com vínculos nacionais-desenvolvimentistas, dedicou-se às questões de natureza filosófica e epistemológica (Motta, 1994, p. 74).

Nesse sentido, a aparição de Alceu Amoroso Lima justifica-se não só porque se equacionavam novos temas no âmbito das esquerdas, mas também porque sua intervenção representou a necessidade de articulação dos intelectuais também no tradicional meio acadêmico. E foi, de certa forma, que a crônica *Terrorismo cultural* serviu como elo entre diversas camadas intelectuais com o meio acadêmico e universitário, que testemunhavam o recrudescimento da repressão militar. Em um tom particularmente progressista, Amoroso Lima descreve que o chamado terrorismo cultural “é mesmo um dos argumentos mais convincentes contra a teoria do progresso contínuo da humanidade”, o que de fato significava acusar que os órgãos militares estavam intervindo no “processo natural” de desenvolvimento da sociedade.

A denúncia de Amoroso Lima foi motivada, sobretudo, pela demissão de Anísio Teixeira, Josué de Castro e Celso Furtado dos quadros públicos que então assumiam, pelo fato de “pensarem de modo diferente da nova ideologia dominante”, caracterizando, segundo seu autor, um caso de terrorismo cultural. O relato de Amoroso Lima, procurava demonstrar que

o terrorismo também é antibrasileiro e por isso mesmo a forma por que assume, ao menos até agora, se vem desenvolvendo entre nós apenas os aspectos mais suaves e indiretos, como é o exemplo do terrorismo cultural, a guerra às idéias. [...] Os nossos estudantes, jornalistas, professores, sacerdotes, intelectuais, filósofos, ainda presos entre nós, estão sendo vítimas desse terrorismo cultural, tanto mais abominável quanto mais disfarçado. [...] Até hoje nunca tive medo do comunismo no Brasil. Agora começo a ter (Lima, 1964, p.231-232).

Sua crônica colocava em pauta o problema da repressão sistemática aos intelectuais e artistas no pós-64. Tanto foi bem recebida a tomada de posição de Amoroso Lima que, em 1965, ele foi condecorado com o prêmio Juca Pato na categoria *intelectual do ano de 1964*, pela União Brasileira de Escritores (UBE).

O chamado “delito de opinião” começava a se disseminar entre diversos núcleos intelectuais de esquerda como forma de pejorar o modo pelo qual eram realizadas as intervenções dos militares no terreno das produções culturais e artísticas. A expressão “terrorismo cultural” constituiu-se, em certa medida, em um termo definidor da resistência destas formações culturais que eram ameaçadas pelo assim denominado terrorismo; concomitantemente propunham uma resistência que, aos poucos, emergia como núcleo articulador destas novas formações.

Tal processo de constituição de uma resistência cultural ao regime militar durante o ano de 1964 pôde ser acompanhado pelo noticiário publicado na imprensa e, sobretudo pelas edições do jornal carioca *Correio da Manhã*. Aliás, este periódico, ainda que tenha sido caracterizado como conservador e golpista¹³, acolheu diversos intelectuais tanto antes como depois do golpe. Passaram pelo jornal o próprio Cony, Otto Maria Carpeaux (editorialista e internacional), Hermano Alves e Márcio Moreira Alves (política), Antonio Callado (redator chefe), Álvaro Lins (editor chefe) e Manuel Cavalcanti Proença (articulista).

Marcio Moreira Alves, por exemplo, teve um percurso no *Correio da Manhã* que merece destaque. Havia trabalhado neste jornal por alguns anos durante a década de 1950, mas se afastou para trabalhar em agências de publicidade, entre elas a Standard Propaganda de propriedade de Cícero Leuenroth (sobrinho do intelectual anarquista Edgard Leuenroth). Em abril de 1964, no entanto, ele foi procurado pelo proprietário do *Correio da Manhã*, Paulo Bittencourt que o convidou a voltar para o jornal como editorialista e comentarista político (Alves, 1998, p.08-09).

¹³ Como já mencionado anteriormente, devido, sobretudo, às edições de 31/03/1964 e 01/04/1964, que trouxeram estampadas nas capas os respectivos editoriais, “Basta!” e “Fora!”, que procuravam justificar a queda de Goulart e ascensão de um novo regime como a “única forma de se manter a integridade e a ordem nacional”.

Um dos artigos de Marcio Moreira Alves, pouco depois de seu retorno, intitulado *Delito de opinião*, descrevia:

O general Golberi do Couto e Silva, um dos luminares da Sorbonne, tem procurado contato com os meios intelectuais por considerar que a ‘revolução não pode alienar a *intelligentzia*’. O general Jurandir Mamede, antes de partir para o Pará, externou sua preocupação com a hostilidade que jornalistas e escritores manifestavam ao movimento de 1. de abril. Informações de Brasília dão conta de que também o presidente Castelo Branco tem preocupações semelhantes. E os demais revolucionários pensantes, civis e militares, indagam, com ingênua perplexidade, a razão da generalizada condenação que sofrem. A resposta é simples: continua a imperar o terror ideológico em tôdas as universidades do país. As perseguições e erros cometidos nos primeiros meses de arbítrio não foram corrigidos nem existem indicações de que o serão. [...] Por essas rápidas informações se vê que não há motivo para perplexidades. Ninguém sofre de bom grado a prepotência policialesca. Enquanto houver penas para o delito de opinião, os que têm opinião não podem apoiar o govêrno. É claro como o dia, mesmo que visto por óculos verde-oliva (Alves, 1964, p. 06).

O “terror cultural” e o “delito de opinião” eram apresentados ao público leitor como um problema generalizado em todo país e não se restringia aos grupos de esquerda, organizados na cidade do Rio de Janeiro. Tanto que na edição de 14 de agosto de 1964 o Correio da Manhã reproduziu em suas páginas o texto que havia sido publicado originalmente no Le Monde, em Paris. A matéria não assinada, intitulada “O terror cultural é denunciado em Paris”, é publicada na capa do periódico carioca, em menção aos processos de cassação de professores e servidores (como havia acusado Amoroso Lima), assim como do processo contra um dos seus principais colunistas: Carlos Heitor Cony. O Correio da Manhã ainda deu destaque ao romancista na primeira página:

[...] O Correio da Manhã sente-se à vontade para prestigiar o seu redator. Trata-se de um autor de uma obra literária que vem merecendo o estudo crítico de nossos melhores ensaístas, e que, ainda em 1963, alcançou excepcional êxito com “Matéria de Memória”. Carlos Heitor Cony além de ser nosso cronista, passou por diversos postos de nossa redação: *copy-desk*, repórter internacional, editorialista e, atualmente, editor. Nunca foi comunista. Nunca manteve vínculos administrativos, políticos ou sociais com o governo deposto. Pública e pessoalmente, nunca escondeu sua oposição ao ex-presidente João Goulart. A veemência de seus últimos artigos é a expressão pessoal de uma opinião já expressa em sua obra literária, opinião esta que, de resto, não pode ser cerceada nem ameaçada, a menos que já se prepare um ato punitivo aos delitos de opinião (Ameaças e opinião, 1964, p. 01).

Inúmeros manifestos publicados durante o ano de 1964 procuravam demonstrar repúdio de intelectuais contra a onda crescente de repressão militar. A partir dessa

perspectiva, foi publicado um manifesto da UBE que procurava solidarizar-se com “os intelectuais com direitos cassados, lares invadidos, com empregos perdidos ou sumariamente aposentados e processados por defesa de idéias” (Manifesto..., 1964, p. 14). Entrevistado pelo Correio da Manhã, o presidente da UBE, Peregrino Júnior, confirmando que a entidade estatutariamente posta à margem da vida política, “[...] *não entra na apreciação do mérito dos fatos políticos ocorridos*, mas acredita na possibilidade de ver a realização de seus propósitos sem encarceramento de escritores nem perseguição de idéias [...]” (Id. Ibid. sem grifos no original).

Dentre os diversos “modelos” de resistência, o da UBE parece não se decidir por uma posição que revelasse um enfretamento direto com os órgãos militares responsáveis pela repressão. Ao “não entrar na apreciação do mérito dos fatos políticos”, a UBE distanciava-se de entidades correlatas, como o CTI que, por exemplo, tinha uma posição política mais definida desde a fundação, em outubro de 1963. Por outro lado, tal posição da UBE equivalia à natureza conservadora que a entidade assumia, até então, no meio literário. Outro dado interessante a ser observado a partir de meados da década de 1960, é a crescente especialização dos setores de produção artístico-cultural: constata-se a estruturação e criação de instrumentos específicos de organização e difusão de suas obras e idéias. Essa “profissionalização” deveu-se, especialmente, à emergência da indústria cultural no Brasil além de representar o processo de instrumentalização da cultura em favor da construção da chamada hegemonia cultural de esquerda. Primeiramente o CTI e, pouco mais tarde, a UBE sinalizavam essas novas condições do mercado de bens culturais e manifestar-se-iam em defesa de seus agentes.

O que merece ser observado é que pouco antes de 1964 houvera uma “frente única” que representava os anseios de toda sociedade – sem os exageros da figura da linguagem. Entretanto, em 1965 o anseio daquelas organizações ou ideais transformavam-se em perplexidade no interior do novo quadro político-cultural. Constata-se, por outro lado, que a perplexidade vinha embutida de duplo sentido: desorientava a todos em face das transformações ocorridas ao mesmo tempo em que permitia redefinir os grupos e o modo como constituirão a legitimidade das novas organizações. A dupla mão da perplexidade denunciava a desagregação das entidades, instituições e organizações da esquerda como sugeria novas condições de organização social a partir dos grupos desarticulados na área da cultura.

A complexidade desse contexto de transformações residia no fato de que se antes os intelectuais e artistas compartilhavam de uma dose de otimismo muito grande (seja em torno da política das reformas de Goulart, seja em torno do PCB), após o golpe esse otimismo passou a ser rechaçado pelo governo militar como instrumento de agitação social e desordem política. Sintomática, por exemplo, é a definição de Alceu Amoroso Lima ainda em 1964: “nunca tive medo do comunismo no Brasil; agora começo a ter” (Lima, 1964, p. 232). Ou seja, a cultura de esquerda é colocada como problema de ordem político-social pelo regime militar, constituindo o momento de complexidade para aqueles intelectuais.

Neste sentido, a complexidade, correspondia ao modo como se organizavam as esquerdas logo após o golpe como também à falta de um rumo concreto que justificasse a intensidade das mudanças pelas quais todos passavam. Isso porque as mudanças ocorriam tanto com as estruturas de poder do Estado como com a organização destes grupos a partir dos partidos e das entidades e instituições de esquerda. Daí a importância de outro artigo publicado na Revista Civilização Brasileira (RCB), intitulado *O terrorismo cultural*.

A expressão, sugestivamente emprestada de Alceu Amoroso Lima, veio não somente consolidar um debate entre intelectuais e artistas sobre os problemas da repressão do governo militar, mas surgiu como um manifesto oficial destes grupos atingido pela repressão. Ou seja, embora o terrorismo cultural viesse sendo debatido desde o golpe entre diversos grupos de intelectuais e artistas, a assunção do seu valor como um problema social (e não mais meramente político) vivido por esses grupos, determinou-se quando o assunto tomou as páginas da famosa RCB¹⁴.

O relato – como é definido o texto na sua conclusão – não registra a autoria, embora, segundo entrevistas, tenha sido escrito por Nelson Werneck Sodré¹⁵. Aliás, a participação de Sodré no cenário cultural de então foi muito intensa tanto dentro como fora da revista. O histórico de seu percurso intelectual, por sua vez, refletiu também algumas das condições inerentes ao processo de formação de um intelectual de esquerda (no seu caso, historiador) e colocava em evidência certas contradições dessa formação que foram essenciais na constituição de um grupo politicamente não sectário. A sua permanência em instituições como a Escola Superior de Guerra (ESG) e o ISEB demonstraram não a incompatibilidade das

¹⁴ Trata-se do relato *O Terrorismo cultural*. Revista Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1965, n.1, p. 239-297.

¹⁵ Segundo o próprio Nelson Werneck Sodré em entrevista a Luiz Renato Vieira. In: VIEIRA, op. cit.

ideologias colocadas como diretrizes por cada uma delas, mas um processo mais complexo de formação destes intelectuais no final da década de 1950 e início de 1960¹⁶. O mesmo pode ser dito de Manuel Cavalcanti Proença, militar nacionalista e de esquerda, mas que vivia das crônicas e das críticas literárias publicadas nos jornais do Rio de Janeiro; também Moacyr Félix, filho de militar, que frequentou escola militar, mas depois de uma estadia na França, dedicou-se à atividade literária e ao serviço público junto à Secretaria de Reforma Agrária.

Durante a década de 1960, Sodré esteve envolvido em vários projetos como a edição dos Cadernos do Povo Brasileiro, publicando *Quem é o povo no Brasil?* (livro que teve grande repercussão em 1963) e a formação de um grupo de historiadores no qual foi proposta a revisão do ensino de história no Brasil, a História Nova. A sua participação na editora Civilização Brasileira iniciou-se com a edição de seus livros e a consequente aproximação de Sodré com Moacyr Félix e Ênio Silveira. Essa aproximação permitiu a Sodré uma seção fixa na RCB já no primeiro número da revista, a seção intitulada ‘Momento literário’, na qual procurava tecer análises e críticas dos lançamentos no mercado editorial. Na verdade, essa função como colaborador fixo na RCB constituía duas tarefas: ao fazer as resenhas críticas das obras (em geral, editadas pela própria Civilização Brasileira), Sodré tratava de indicar aos leitores as preferências literárias disponíveis no mercado. Ainda que sua formação de historiador desse-lhe condições para discutir questões mais amplas e abrangentes do mundo acadêmico (o que fará mais tarde, na década de 1970, e quando será rechaçado sobretudo pelos intelectuais acadêmicos), suas críticas no ‘Momento literário’ revelavam a preocupação dos editores da revista em criarem uma lógica interna no periódico.

Vale uma ressalva: o projeto inicial da revista – e que foi revisto permanentemente a cada novo número, conforme as colaborações eram recebidas de todo o Brasil – procurava manter fixas algumas seções e redigidas ou coordenadas sempre por alguém próximo de Ênio Silveira e Moacyr Félix. Isso fica evidente quando se percebe que outros colaboradores oriundos da área da literatura ou da crítica literária apareceram apenas como colaboradores eventuais, como é o caso de Manuel Cavalcanti Proença e Otto Maria Carpeaux.

Com o primeiro número da RCB, além da seção “Momento literário” (que foi inaugurada com o título de “Prosa brasileira em 1964”), Sodré colaborou também na redação do texto-relato *O terrorismo cultural*. Como já foi dito, o conteúdo do texto apresentava questões essencialmente circunstanciais e media-se pela preocupação de intelectuais e artistas em torno

¹⁶ Ver Moraes, 2001, p.25-40.

da liberdade de criação e expressão. Logo, o referido texto remetia imediatamente aos fatos desencadeados pelo golpe militar de abril de 1964. Ainda que contingenciado pelos desdobramentos do golpe, o texto continha um diferencial dos manifestos que, em geral, eram publicados nos jornais cariocas: falava do terrorismo cultural no plano nacional e como essa ação tem interferido na organização dos intelectuais na esfera da cultura. Segundo se escreve,

[...] Ora, a cultura está estreitamente ligada a tudo isso, à agitação, ao debate, à controvérsia, à divergência. [...] A agitação é peculiar às fases de mudança, e estamos atravessando uma delas, precisamente. O medo, entretanto, gera horror à agitação, e contribui para a crença ingênua, que vemos agora tão disseminada entre nós, de que a agitação deriva de atos de vontade, e tais atos de vontade são devidos a “agitadores”, entre os quais se destacam, necessariamente, os intelectuais. Para os que pretendem, simplistamente, acabar com a agitação, a solução parece clara: amordaçar os agitadores. Essa foi a crença ingênua que, fundada no medo, moveu atentados cometidos contra a cultura em nosso país, desde os idos de abril de 1964. Como a agitação continuou muitos dos simplistas, a esta altura, terão verificado que a agitação não deriva de atos de vontade, mas da própria realidade: os intelectuais não geram, apenas a refletem. (Revista Civilização Brasileira, 1965, p. 240)

O modo pelo qual o intelectual foi descrito na introdução do relato é sintomático, considerando o conjunto de fatores que atuavam tanto contra quanto a favor de sua legitimidade. Ao ser colocado como protagonista das agitações ou como porta-voz da esfera da cultura, o texto apresentava o intelectual a partir de uma condição clara e objetiva através da qual se podia definir, de fato, as suas propriedades. Em outras palavras, a categoria de intelectual (ou classe de trabalhador intelectual, como enfatizava o CTI) era concebida a partir de certas particularidades inerentes à sua representatividade; as propriedades atribuídas à figura que representava o intelectual socialmente eram formadas a partir de uma concepção universalista e homogeneizada. O intelectual, como a maioria das concepções postas em questão naquele momento, estava inserido numa cosmovisão muito particular gerada entre as esquerdas culturais. No entanto, a necessidade de um sentido e de uma função organizadora de sua ação na esfera da cultura provinha de outra necessidade maior: compreender as transformações pelas quais passavam artistas e intelectuais e a partir disso conduzi-los a uma organização sem desconsiderar este quadro identificado por eles como sendo um quadro de crise.

A intervenção do intelectual não se resumiria a isso tão somente. Se houve uma organização dos grupos de intelectuais e artistas em torno de um projeto efetivo de resistência cultural ao regime militar, ela se deu no processo de formação das contradições da atividade

intelectual. Ou seja, com a emergência constante de novas formas artísticas, inovações técnicas, produções experimentais, a proposição de novas linguagens e discurso não só para burlar a censura, mas para forjar novos sentidos a uma determinada concepção artístico-cultural, a figura do intelectual não poderia ficar em suspenso como um centro irradiador de caminhos e propostas salvacionistas. Até porque, como aqui já foi dito, o governo militar não proibia a atividade intelectual, mas as formas pelas quais determinadas pessoas (professores, escritores, atores, etc.) promoviam a “subversão” através de suas atividades especificamente.

Essas contradições eram expressas, por sua vez, na relação desses profissionais (da educação, da literatura, do teatro, da música etc.) tanto com as esquerdas em processo de transformação na década de 1960 e, sobretudo, com o mercado de bens culturais também em emergência. Sua adequação a partir do processo de transformação das estruturas políticas, assim como das suas condições de trabalho na área da cultura, fez constituir uma série de debates sobre a importância da figura destes profissionais (tidos num primeiro momento como intelectuais, responsáveis pela emancipação da sociedade) e da forma como a cultura estava sendo instrumentalizada em função destas transformações.

Isso quer dizer que se antes a política predominava como instância responsável pelas transformações sociais, a cultura, daí em diante, seria concebida com o mesmo poder de intervenção e legitimidade. O Estado pós-64, ao colocar diversos intelectuais à sua margem¹⁷ e, pior, muitas vezes como inimigo público, fez fortalecer as organizações de oposição dispostas a superar essa marginalidade e compartilhar novamente dos poderes de decisão reservados ao Estado. Aliás, muitos artigos da RCB trouxeram consigo a perspectiva de que ainda compartilhava-se de um poder, mas no universo restrito da própria revista – considerando-a como uma esfera de debates, um fórum de discussão democrática que deve ser cuidadosamente observada por aqueles que condicionam o poder político à violência e ao sectarismo (no caso, o governo militar e o PCB)¹⁸. Assim, somente os profissionais da cultura estariam habilitados para esta tarefa, já que a condição de seu trabalho parte do pressuposto fundamental da liberdade de criação e expressão; daí o sentido dos artigos de Cony, Alceu Amoroso Lima, dos poemas de Moacyr Félix e as Epístolas ao Marechal de Ênio Silveira quando afirmavam que os intelectuais são a consciência da sociedade. Uma consciência que, por sua

¹⁷ No entanto, é interessante perceber que muitos destes intelectuais mantiveram seus vínculos de trabalho com o Estado durante anos, como foram os casos de Moacyr Félix e Nelson Werneck Sodré.

¹⁸ Detalhes sobre a constituição da RCB, ver Czajka, 2010, p.95-117.

vez, se estruturou e se condicionou ao processo de transformações da sociedade brasileira na década de 1960.

A importância de trazer à discussão o problema do terrorismo cultural contém essas implicações circunstanciais. A definição do intelectual, logo, dos limites da criação, da reprodução e da expressão artísticas está na base de vários projetos culturais. Essa dimensão, essa importância são descritas em *O Terrorismo Cultural*:

Ao isolar o problema dos intelectuais e o da cultura dos outros, não pretendemos admitir que, na realidade, esse isolamento exista. Não nos move, por outro lado, nenhuma intenção de supor que as violências cometidas contra os intelectuais e contra a cultura sejam as únicas merecedoras de repulsa. É necessário dividir tarefas, e só isso nos faz concentrar as atenções no problema que é especificamente da cultura e dos que trabalham diretamente com ela. Sem nenhuma ideia de que o resto carece de importância – muito ao contrário. [...] Não nos cabe aqui, entretanto, situar o que ocorreu com o operário e com o camponês, mas somente, e em parte, o que ocorreu com o intelectual. O resto virá, a seu tempo (SODRÉ, 1965, p. 77).

O relato seguia com a descrição de vários acontecimentos ocorridos entre 1964 e 1965. Há reiteradas passagens de processos abertos contra professores universitários, transcritos ali como forma de documentar a sucessão de atos de violência contra os profissionais da área da cultura. Entre eles o caso dos professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (SP), Ubaldo Martini Puppi e Antônio Qualce Salgado, que além de presos foram submetidos a IPMs, acusados de subversão naquela Faculdade; tanto Ubaldo quanto Antônio foram investigados e segundo consta nos processos, ambos integravam a campanha de alfabetização pelo método Paulo Freire. Outro fato curioso descrito foi a publicação de um edital na cidade do Recife, no Jornal do Comércio, em 27 de junho de 1964, que anunciava que a Comissão Geral da Investigação Sumária do Município do Recife estava aceitando delação oral ou por escrito dos funcionários municipais. O edital, entre outras coisas afirmava “que qualquer representação oral ou por escrito contra funcionários municipais que tenham de algum modo tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, deve ser formulada no horário das 8 às 12 horas, às segundas, quartas e sextas-feiras” (Revista Civilização Brasileira, 1965, p.243-244).

O texto procurava também ressaltar a importância de determinados veículos de comunicação em denunciar atos arbitrários dessa natureza. Um deles foi o anteriormente citado jornal carioca *Correio da Manhã* que, apesar de ter apoiado o golpe militar, dando respaldo através de dois editoriais polêmicos em 31 de março de 1964 e 1º de abril de 1964,

colocou-se contra a política de demissões do governo e as perseguições a intelectuais e artistas. No período de 1964 e 1965 alguns colunistas e jornalistas estiveram acompanhando permanentemente o desenrolar dos acontecimentos, entre eles Edmundo Muniz, Hermano Alves, Márcio Moreira Alves, Newton Rodrigues, Otto Maria Carpeaux e Carlos Heitor Cony. Havia também o Jornal do Brasil que contava, sobretudo, com a participação de Mário Martins, Barbosa Lima Sobrinho, Rubem Braga e Alceu Amoroso Lima.

O relato sobre o terrorismo cultural, evidentemente, dava uma significativa importância a Alceu Amoroso Lima e Carlos Heitor Cony, por motivos óbvios: o primeiro porque era considerado um dos ícones da inteligência brasileira, que integrava uma tradição de pensadores católicos e, às vezes, até conservadores. Amoroso Lima recebeu destaque também por ser professor universitário e porque vivia o clima de apreensão dentro das faculdades, portanto, poderia ser um articulador do movimento de intelectuais de esquerda no meio acadêmico. Quanto ao segundo, sua aparição e seu destaque deram-se, sobretudo, em função dos artigos e crônicas publicados no jornal Correio da Manhã, resultando na imediata investigação de suas atividades profissionais por parte do serviço de informação dos militares. Cony tinha respaldo do grande público e não somente dos grupos de intelectuais e artistas. Aliás, mesmo entre estes últimos, as posições de Cony não eram bem quistas. O relato sobre o terrorismo cultural descreve Cony como portador

de uma coragem exemplar e de uma tranquila lucidez, dizendo os nomes das coisas, despertando, por todo o país, enorme interesse e a maior admiração. Não houve injustiça de seu conhecimento que o colunista não combatesse e muitos lhes devem, e lhe devem muito, porque, indefesos, encontraram nele um advogado natural (Revista Civilização Brasileira, 1965, p. 245-246).

O fato é que em 1965, Cony já era um autor nacionalmente reconhecido tanto pelas crônicas publicadas no periódico carioca quanto pelo seu livro *O ato e fato*, publicado pela Editora Civilização Brasileira no primeiro semestre de 1964. A sua importância na cena literária advinha, em parte, da associação da sua atividade como jornalista e cronista de um importante jornal de oposição ao governo militar (pelo menos depois do golpe consumado), com seu ímpeto provocativo ao questionar o regime de modo aberto e franco. Aliás, essa virtude em Cony não surge apenas com a presença dos militares no comando do Estado, mas era um elemento típico de suas crônicas e artigos sempre ácidos e irônicos quanto às questões enunciadas pela Igreja e pelo PCB – ele procurava sempre manter certo elo de discórdia com

ambos até como forma de determinar seu estilo enquanto escritor céptico, agnóstico e imparcial.

Cony foi demasiadamente lido e respeitado em função das posições que não assumia, diz Ferreira Gullar (Apud Vieira, op.cit., p. 71). Sua produção entre 1963 e 1967, cativa uma legião grande de leitores que, na verdade, viviam os mesmos dilemas em seus respectivos campos profissionais. A indefinição ideológica (justamente num momento em que se cobrava de cada cidadão brasileiro uma posição definida naquele contexto de transformações) e a determinação de necessidades relacionadas ao mundo privado, além das relações subjetivas, fizeram de Cony um retrato fiel de seus próprios leitores.

Na verdade, Cony, como um intelectual categoricamente definido na época como pequeno-burguês, conseguiu uma proeza que muitos intelectuais de esquerda, em especial do PCB, tentavam obter a todo custo e não conseguiam: o reconhecimento público de seu trabalho ainda que sendo uma atividade engajada politicamente. Cony, sem o aval do PCB, fazia resistência ao regime (ao seu modo, obviamente), tinha diversas reedições de suas obras, era reconhecido pela sua qualidade mediana no meio literário e ainda era sucesso de venda em todo o país. Não é à toa que Cony teve a repercussão que conhecemos hoje através de vários documentos¹⁹. O relato sobre o terrorismo cultural na RCB descreve que “Cony tornou-se figura nacional; os estudantes, por toda a parte, convidavam-no para conferências, para homenagens, escolhiam-no como paraninfo, queriam-no presente para autógrafos” (REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 1965, p. 247).

A menção de outra crônica de Cony, *A hora dos intelectuais*, procurava, por sua vez, relacionar seu autor ao grupo que constituía o CTI. A importância do CTI no processo de organização de intelectuais e artistas em torno de um projeto comum já foi ressaltada em outra análise (Czajka, 2011). Ainda que a entidade tenha se voltado exclusivamente para uma ação de natureza corporativa, abriu outras possibilidades, sobretudo, ao grupo de membros-fundadores. Essas possibilidades resultaram na articulação – segundo o argumento inicial – do grupo de colaboradores fixos da RCB e no fortalecimento de um projeto intelectual a partir da intervenção desse grupo na esfera da cultura em toda década de 1960. Ou seja, ainda que a revista tenha sido editada entre março de 1965 e dezembro de 1968, as relações de amizade,

¹⁹ O Correio da Manhã de 02 de junho de 1964 traz estampada na capa a seguinte nota: “Na maior consagração pública de que se tem conhecimento na literatura brasileira, já atribuída a um escritor, Carlos Heitor Cony distribuiu autógrafos, ontem à noite, na barraca 19 da Feira do Livro armada na Cinelândia. Todos os seus cinco livros e mais *Os sete pecados capitais*, que leva a sua chancela e mais a de seis outros escritores, foram esgotados, assegurando o liderança entre os *best-sellers* da IX Feira do Livro, superando, em um só dia o total das vendas obtidas pela Bíblia Sagrada desde o início da feira”.

profissionais, intelectuais do grupo tiveram início quando Ênio Silveira assumiu a propriedade da Editora Civilização Brasileira em 1958. A partir daí passaram pelas primeiras edições de obras marxistas entre 1960 e 1962, pela edição dos Cadernos do Povo Brasileiro, Violão de Rua, CTI e culminaram, por fim, com a RCB – sem mencionar os outros projetos paralelos como o jornal Reunião (1965), a revista Política Externa Independente (1965), e a revista Paz e Terra (1966). Dessa forma o CTI encontrava-se no ponto intermediário de consolidação de um grupo de intelectuais e do processo de formação de uma esfera pública de debates a partir das contradições geradas no universo da produção cultural.

Neste sentido, o artigo de Cony, *A hora dos intelectuais* – ressaltado pelo documento sobre o terrorismo cultural – veio chamar a atenção pública para os problemas da cultura, da produção e da expressão de seus interlocutores: os intelectuais. Essa perspectiva, ainda que estivesse impregnada de um sentido de compromisso ou missão do intelectual como agente e sujeito das transformações socioculturais, possibilitou repensar sua importância no contexto das transformações da sociedade brasileira nos anos pós-golpe. Se anteriormente estes intelectuais encontravam respaldo oficial no Estado, nos partidos políticos e nas entidades de esquerda, constata-se a seguir – como no artigo de Cony referenciado em *O terrorismo cultural* – a necessidade da recomposição dos grupos de intelectuais e artistas a partir dessas mesmas transformações. Em outras palavras: quando a RCB a partir de seus intelectuais e colaboradores justificava sua posição ideológica afirmando que se pretende aberta, pluralista e não sectária, ela estava confirmando um dado importante no processo de organização dos grupos de esquerda – sobretudo o de intelectuais e artistas: de que os meios de produção e reprodução cultural devem ser determinados pelas necessidades inerentes à criação e produção artísticas.

Esta condição também está subentendida no artigo de Cony e serve de pressuposto para a redação de *O terrorismo cultural*. O restante do relato (Revista Civilização Brasileira, 1965, p. 251-290) consistia no detalhamento de todos os casos de repressão que o conselho editorial teve notícia até a data de edição da revista. O interessante a ser notado é que o relato se pautou, principalmente, pelo aspecto individual dos vitimados. Ou seja, embora se julgasse importante a todo o momento a articulação dos intelectuais em torno de uma política ou ideologia de resistência na esfera da cultura, esta parecia ainda indefinida quando se percebe a imensidade de casos individuais denunciados pela RCB e a disparidade de exemplos sem a devida conexão dos fatos. O documento, dessa forma, situava os casos em suas particularidades

e não os reporta ao conjunto de problemas existentes na esfera da cultura. O próprio relato mencionava o sem-número de manifestos de intelectuais e artistas assinados e publicados em jornais de circulação nacional. Esse fenômeno da organização dos grupos de intelectuais e artistas através da publicação de manifestos contra a repressão e a censura foi perceptível, sobretudo em 1965 e 1966.

3. O mercado e os intelectuais, o feijão e o sonho

A cultura como espaço de expressão e liberdade artísticas sofria profundas transformações em virtude das mudanças estruturais causadas pelos ventos da mudança político-social no Brasil, desde final da década de 1950. Conforme mencionado anteriormente, a cultura passou por um processo de politização ao mesmo tempo em que mercado de bens culturais no Brasil expandia-se num ritmo acelerado; não somente pela formação de “hegemonia cultural de esquerda”, mas, sobretudo, pela formação de uma classe média consumidora de bens e serviços, de 1960 em diante (Ortiz, 1988). A associação entre mercado e política foi extremamente importante para a catalisação das forças político-ideológicas que se reorganizavam no pós-64. Mudanças que afetaram o cinema, o teatro, a música, as artes plásticas, a imprensa, a literatura e outras formas de expressão, possibilitando a eclosão de novos atores sociais na cena cultural brasileira (Ridenti, 2000). No que tange à organização dos intelectuais em torno das casas editoriais, um pronunciamento mereceu destaque especial no meio intelectual no final do ano de 1964: o do editor Ênio Silveira. A sua inserção na vida cultural do país, aos poucos ia tomando proporções significativas através da editora Civilização; a presença de Ênio no meio intelectual era esmerada, pois sua atenção sempre esteve voltada para o lançamento de novos autores (nacionais e estrangeiros), assim como preocupado com a liberdade de expressão através de suas obras. Essa condição, de certo modo, dava prestígio à editora e sua aceitação no meio intelectual de esquerda consolidou-se em torno dos pressupostos de renovação tanto da forma quanto do conteúdo das obras por ele editadas.

Na entrevista concedida ao Correio da Manhã em outubro de 1964, Ênio Silveira (“um dos intelectuais mais visados pelo movimento de 31 de março”, conforme descreve o periódico), recolocou algumas questões acerca do chamado terrorismo cultural. Segundo Ênio Silveira, a realidade demonstrava o modo pelo qual fora instalado o novo regime no país;

pretendia-se “transformar os intelectuais brasileiros num bando de carneiros ilustres, de pelo sedoso e balido discreto” (Revolução caça intelectuais, 1964, p. 07). Ênio, em 1964, já era processado pela Justiça Militar em quatro IPMs relacionados à edição de livros classificados pelo novo governo como subversivos – livros estes que faziam parte da coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*. A utilização da editora Civilização Brasileira como veículo de resistência cultural ao regime surtiu efeito nos dois sentidos: chamou a atenção dos militares para uma instituição empresarial que tinha vínculos com a esquerda (sobretudo com o ex-presidente João Goulart e o PCB) e abriu espaço para a discussão do problema do militarismo no meio acadêmico e intelectual. Nas palavras de Ênio Silveira,

uma editora é também uma plataforma de debates, e o próprio General Panasco o auxilia no argumento quando diz que considera subversivos apenas quatro dos títulos publicados pela Civilização Brasileira, na coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*. Diante disso, resta saber o que vem a ser subversivo, pois até agora nem o Marechal Castelo Branco, nem o mais obscuro de seus prepostos se deram ao cuidado de definir o conceito perante a opinião pública do País (Revolução caça intelectuais, 1964, p. 07)

Um fato importante é que ao passo que as instituições de esquerda eram colocadas na clandestinidade pelo regime militar, proibidas de exercerem suas atividades quando classificadas como subversivas ou colaborarem com o antigo governo, a editora Civilização Brasileira, através de suas edições começou a despontar como um espaço a partir do qual núcleos intelectuais desenvolveram suas reflexões, permitindo o prosseguimento do debate que se estendia desde antes do golpe militar. O exemplo desse tipo de articulação, por parte da editora Civilização Brasileira, foi a edição das coleções anteriormente citadas além de endossar a formação do próprio CTI nos idos de 1963 – que segundo o próprio Ênio Silveira, “de fato, realizou as reuniões em sua casa, mas, juntamente, com amigos e editados, debateu questões de interesse geral relativas à vida cultural do país” (Ibid.).

Neste sentido, as publicações da Civilização Brasileira foram o resultado de um processo de reflexão destes núcleos antes desarticulados que começa com os *Cadernos do Povo Brasileiro*, passa pelo *Violão de Rua*, pelo *Comando dos Trabalhadores Intelectuais*, pelas discussões acerca do terrorismo cultural nas páginas do jornal *Correio da Manhã* e culmina na formação de uma linha editorial de esquerda com abordagens diversificadas, do ponto de vista político. Processo que se inicia com o ISEB, efetivamente, como o próprio Roland Corbisier afirmava:

Procuramos, então o editor Ênio Silveira, nosso velho amigo e antigo aluno em São Paulo, que conosco já havia colaborado na distribuição dos livros editados pelo *Instituto Superior de Estudos Brasileiros*. Solicitamos que nos desse livros para traduzir e lhe sugerimos a edição de uma revista de cultura que, meses depois, se tornaria realidade, com o título de *Revista Civilização Brasileira*, da qual Ênio Silveira foi seu primeiro diretor e nós o primeiro secretário. No mesmo encontro, porém, o editor e amigo que tão bravamente deveria comportar-se naqueles meses difíceis de governo discricionário, nos propôs, sem prejuízo das traduções que eventualmente pudéssemos fazer, a elaboração de um livro próprio (Corbisier, 1968, p.12).

Considerar o desenvolvimento dessas discussões, da emergência de uma esfera pública de debates a partir da cultura é entender como foi determinado o percurso dos intelectuais envolvidos em projetos editoriais da Civilização Brasileira (bem como de outras casas editoriais). E, se considerarmos publicações como as que foram postas em circulação pela editora de Ênio Silveira, resultado do trabalho apenas de um grupo de comunistas ou de nacional-reformistas, estaríamos desconsiderando, por outro lado, a complexidade da organização das formações culturais articuladas, política e ideologicamente, em torno dos impasses da esfera da produção cultural.

Ou seja, a gradual constituição dessa postura no interior dos grupos que pretendiam resguardar certo grau de pluralidade de seus integrantes, partiu, sobretudo, do reconhecimento das contradições políticas e culturais presentes naquele contexto. Um momento em que as esquerdas vinculadas ao ideário nacionalista e reformista – programaticamente orientado pelo imaginário pecebista acerca da revolução brasileira, além das concepções isebianas de desenvolvimento – sofreram transformações significativas em suas articulações políticas e ideológicas, permitindo uma compreensão mais ampla dos problemas nacionais, além de inserirem-se no próprio debate sobre a internacionalização do marxismo; processo que Leandro Konder descrevera como um “descongelamento no qual se encontrava o marxismo no Brasil” (Konder, 1965, p. 280-286).

Dessa forma, ainda que a maioria das análises sobre a relação entre política e cultura no regime militar se concentre nos desdobramentos ocorridos a partir do golpe militar, os anos que o antecederam são também significativos no estudo da origem dessa relação. Em geral, isso ocorre em virtude da bibliografia consolidada que analisa o período e determina tal recorte temporal como um modelo “didático” de apresentação e síntese das questões mais decisivas naquele momento. Mas há de se notar que tais referências – embora importantes – não devem ser confundidas (ou interpretadas) com o conjunto de problemas, contradições e tensões daquele contexto. Antes, trata-se de possibilidades de análise historicamente datadas e não

compartilham de um mesmo instrumental reflexivo²⁰. A consideração do embate ideológico no interior das formações culturais de esquerda é, no mais, uma tentativa de compreender como a organização desses grupos se deu em função da reestruturação de suas ideologias. Em outras palavras: compreender o quadro de contradições políticas e ideológicas existentes no pré-64, é considerar a heterogeneidade das formações culturais, políticas e ideológicas constituídas a partir do golpe.

Caracterizado como um momento de “respiro”, esse momento propiciou o contato das esquerdas com as discussões em pauta numa conjuntura internacional; como foi dito, a discussão sobre o marxismo internacionalizava-se depois das denúncias de Krushev sobre a ditadura stalinista, e influenciava toda uma geração de intelectuais e artistas. Carlos Nelson Coutinho, por exemplo, afirmara em entrevista concedida a Marcelo Siqueira Ridenti em 24 de janeiro de 1996, que

o início dos anos 60 é um período de muito florescimento cultural. É o período, por exemplo, onde o editor Ênio Silveira efetivamente transforma a Civilização Brasileira numa editora a serviço de uma cultura progressista. É o período dos *Cadernos do Povo*, do *Violão de Rua*. E, é também o período do início da publicação no Brasil de alguns autores marxistas críticos. Porque, durante muito tempo, a cultura marxista no Brasil estava sob controle do PCB, através de seus manuais (Coutinho, 1996).

Por isso, é de suma importância analisar o contexto e o sentido das controvérsias em torno na crise do socialismo e da própria natureza do marxismo no Brasil. Momento em que a política deixou de ser o centro para onde convergiam os debates e quando a cultura assumiu uma importância fundamental na proposição dos novos rumos ideológicos das esquerdas no Brasil. Nota-se que, até então, a política destacava-se no debate por haver sido o centro tradicional em torno do qual gravitavam os intelectuais de esquerda, e pelo fato da própria cultura não ser discutida como um problema político entre os autores marxistas. A partir daí o estruturalismo, o existencialismo, as revisões economicistas do marxismo e mesmo a difusão em território nacional das obras dos chamados marxistas da cultura (Marcuse, Adorno, Benjamin, Gramsci, entre outros) começaram a propor uma leitura crítica sobre os eventos em processo, permitindo o deslocamento paulatino das discussões da esfera política para a esfera da cultura. É, pois, quando a cultura torna-se um espaço político legítimo de intervenção do seu principal protagonista: o intelectual.

²⁰ Entre os estudos mais representativos, destacam-se Mota, 1980; Schwarz, 1978; Pécaut, 1990; Chauí, 1978; Galvão, 1994; Weffort, 1978.

A articulação deste espaço pode ser notada tanto pela atividade dos intelectuais ligados ao PCB como eram Leandro Konder, Ferreira Gullar, Nelson Werneck Sodré, Dias Gomes, entre outros, através dos Comitês Culturais²¹, quanto pela intervenção daqueles artistas e intelectuais não vinculados ao partido e dispostos a defender a liberdade de criação e expressão – como foram Carlos Heitor Cony, Alceu Amoroso Lima, Carlos Callado, Otto Maria Carpeaux, entre outros.

No caso específico de Ênio Silveira, que era responsável pela articulação das diferentes de resistência (de esquerdas ou não) dentro de sua editora no Rio de Janeiro, este merece um estudo pormenorizado. Não é fortuita a inquirição, por exemplo, de Ênio já no primeiro volume do IPM do ISEB em abril de 1964 e o detalhamento de toda sua atividade profissional no comando da sua empresa, a editora e a livraria Civilização Brasileira. Apesar, pois, de toda atividade editorial voltada para as esquerdas que, por sua vez, esquadriavam as preferências temáticas, a Civilização Brasileira tinha boa reputação nos circuitos intelectuais de várias tendências ideológicas. Ou seja, mais que simplesmente um militante comunista, Ênio representava um profissional que conseguira não somente criar uma linha editorial que contemplasse os debates abertos pelos intelectuais de esquerda na década de 1960, mas também organizar – no espaço editorial – seu próprio mercado e público para suas publicações. Este era um fator que chamava atenção dos militares para a Civilização Brasileira que, desde 1958, estava em compasso com inúmeras entidades que promoveram a chamada “subversão comunista”, o que não significava adesão completa às suas propostas. A respeito desse fato, há um episódio em que Ênio Silveira foi convocado pelo General Golbery do Couto e Silva para uma reunião no IBAD. Relatava Ênio:

Eu fui supondo que ia ser uma conversa formal que ia durar quinze minutos ou meia hora no máximo, e o que aconteceu foi que houve três encontros com Golbery. O primeiro durou quatro horas seguidas, o segundo também e no terceiro encontro ele apresentou seu substituto, que era um coronel que iria ficar em contato comigo. Para dar um resumo da história, ele me disse seguinte: ‘eu sei que o senhor é um adversário coerente e intransigente da Revolução mas eu lhe chamei aqui para lhe dizer que a Revolução vê no senhor um patriota, que embora com nenhuma sintonia com nossos métodos, tem sintonia com nossos ideais. [...] Queremos que você e seu grupo venham fazer parte do nosso movimento pois é preciso que compreendam que nós queremos salvar o Brasil, tirar o país do atraso, etc’ (Apud, Vieira, op.cit., p. 55-56).

²¹ A constituição e o desenvolvimento das atividades dos Comitês Culturais do PCB durante a década de 1960 é analisada por Celso Frederico em “A política cultural dos comunistas”, In: Moraes, 1998, p. 275-304.

Um dado interessante desse campo de tensões é que nem o governo determinou o fechamento da editora por suas atitudes “subversivas”, nem o partido conseguiu determinar sua linha editorial – ainda que Ênio fosse filiado ao PCB. Aliás, essa condição foi desde cedo colocada por Ênio como forma de evitar as intervenções do partido na sua editora. Ainda que a editora Civilização Brasileira apresentasse nas suas edições uma orientação marxista ou materialista, o objetivo de Ênio com essa postura era conduzir os debates para além das estruturas rígidas do partido. Desse modo, suas publicações tenderiam a uma abertura não sectária nas quais a propaganda partidária não seria veiculada através da editora e de seus produtos.

Este posicionamento de Ênio Silveira em relação às obras da Civilização Brasileira foi um passo importante na consolidação de um mercado e de um público interessado nas temáticas de esquerda, mas que por condições diversas preferia não se vincular ao PCB, mas, por outro lado, expandir o mercado dos livros em torno dos temas oriundos de temário de esquerda. Essa postura distanciada determinou toda linha da editora. Em muitas entrevistas posteriores Ênio sempre enfatizava que teve

desde o início e vivência do que pode haver de belo e nobre, mas também de paradoxal e arriscado, na profissão que exerço: sendo a um só tempo empreendimento cultural que se vale de complexa logística e boa dose de sorte para ser desenvolvido, e a atividade empresarial submetida às duras, e por vezes cruéis regras de mercado, ela a todo momento coloca seus praticantes no dilema de optarem entre o feijão e o sonho, parafraseando o escritor Orígenes Lessa. Se se limitarem a serem meros comerciantes, poderão eventualmente obter razoável recompensa material durante algum tempo, ou até durante todo o tempo, mas por certo não contribuirão para o progresso e a melhoria do quadro social que os cerca. Se, por outro lado, entregarem-se por inteiro à autodeterminada missão de serem apenas os agentes catalisadores de processos de enriquecimento e transformação cultural, particularmente num meio social como os nossos, ainda tão carentes de suportes qualitativa e quantitativamente expressivos em termos de consumo de livros, estarão fadados ao insucesso financeiro, seja a médio ou longo prazo (Félix, 1998, p. 74-75).

Quanto ao problema da repressão militar e da censura às obras editadas pela Civilização Brasileira, é importante considerar o modo pelo qual se procedeu a intervenção militar no campo da cultura. Tal como o exemplo dado por Renato Ortiz, neste momento eram censuradas peças teatrais, os filmes, os livros, mas não o teatro, o cinema ou a indústria editorial. Segundo Ortiz, “o ato censor atinge a especificidade da obra, mas não a generalidade de sua produção” (Ortiz, 1988, p.114). Assim ocorreu com a editora, que nunca foi colocada sob suspensão (ao

menos até 1968), mas muitos de seus editados estiveram indiciados em IPM's ou mesmo presos, como foi o caso do próprio Ênio Silveira, detido quatro vezes entre 1964 e 1969.

No comando da editora, Ênio já havia sido inquirido em quatro inquéritos militares: IPM do ISEB, IPM da Imprensa Comunista, IPM da Civilização Brasileira e IPM do Partido Comunista. Aliás, fora detido em virtude da publicação e tradução de obras e classificadas subversivas pelo governo militar²² e um total de 13 títulos foram apreendidos e destruídos.

O editor já era investigado nestes inquéritos quando, numa das ocasiões em que depunha, foi preso com alegação de que ele havia promovido em sua residência uma reunião com “agentes da subversão comunista”, entre eles o ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes, então procurado pelos militares.

Ênio foi detido no dia 26 de maio de 1965 e sua prisão mobilizou um grande contingente de intelectuais, profissionais da área cultural, cientistas, professores e amigos em torno de um manifesto que foi publicado como matéria paga nos principais jornais de circulação nacional, no dia 30 de maio: Correio da Manhã, Jornal do Brasil e Folha de São Paulo. O caso, na época, foi ironicamente alcunhado pela imprensa de o “IPM da Feijoada”, por conta da iguaria servida durante a reunião que justificou a prisão do editor.

O manifesto, intitulado *Intelectuais e artistas pela liberdade* conteve a assinatura de 600 nomes do meio artístico e cultural e trazia uma pequena descrição seguida da imensa lista de nomes que se solidarizaram com o pedido de liberdade de Ênio Silveira:

os intelectuais e artistas brasileiros abaixo-assinados pedem a imediata libertação do editor Ênio Silveira, preso por delito de opinião. Não entramos no mérito das opiniões políticas de Ênio Silveira, mas defendemos o seu direito de expressá-lo livremente, direito garantido pelo artigo n. 141, parágrafo oitavo da Constituição do País: “por motivo de convicção religiosa, filosófica ou política, ninguém será privado de nenhum de seus direitos...” (*Intelectuais e artistas pela liberdade. Correio da Manhã, 1965, p. 05*).

Inúmeras manifestações tornaram-se públicas por conta da prisão de Ênio e nelas reivindicavam-se a liberdade do editor como uma forma de solicitar, da mesma maneira, a liberdade de expressão dos indivíduos. Inclusive entre setores militares houve manifestações contrárias e discordantes sobre o modo como se procedia nas investigações sobre Ênio – como demonstrou Elio Gaspari ao apresentar um bilhete enviado pelo presidente Marechal Castelo Branco ao então ministro Ernesto Geisel:

²² A última dessas prisões rendeu-lhe, inclusive um diário escrito nos dias de cárcere. As anotações desse diário foram organizadas e publicadas por Moacyr Félix. Consultar: Félix, 1988.

Por que a prisão de Ênio? Só para depor? A repercussão é contrária a nós, em grande escala. O resultado está sendo absolutamente negativo. [...] Há como que uma preocupação de mostrar “que se pode prender”. Isso nos rebaixa [...] Apreensão de livros. Nunca se fez isso no Brasil. Só de alguns (alguns!) livros imorais. Os resultados são os piores possíveis contra nós. É mesmo um terror cultural (Gaspari, 2002, p. 231).

Deste episódio surgiu a oportunidade do próprio Ênio se pronunciar sobre a situação de controle dos militares sobre a cultura. Sua manifestação foi a publicação das epístolas dirigidas ao então presidente da república, numa tentativa de estabelecer um diálogo, assim como marcar uma posição frente aos procedimentos adotados por aquele governo, no que se refere ao plano da cultura.

O fato é que as epístolas dirigidas ao marechal Castelo Branco contribuíram para a afirmação de Ênio também como um intelectual ativo e não somente o editor e proprietário de sua casa editorial. Seu envolvimento com as questões relativas à censura e à repressão no terreno da cultura através das epístolas o colocou como um intelectual visado e perseguido pelo regime militar a ponto de, em 1965, sofrer inúmeras restrições políticas e orçamentárias.

As epístolas reforçavam a figura do intelectual como um elemento capaz de condensar em si as necessidades do indivíduo portador de um pensamento livre. Um indivíduo que se apresentava não à sombra de uma instituição política ou partidária, mas a partir da sua própria consciência individual acerca dos fatos em processo. Na análise do perfil intelectual de Ênio, Luiz Renato Vieira enfoca essa perspectiva individual da fala do editor em relação ao contexto de organização das esquerdas e a proeminência do intelectual naquela conjuntura. Segundo Vieira,

as célebres *Epístolas ao Marechal* são textos de grande importância no conjunto da revista *Civilização Brasileira*, por dois motivos fundamentais. Por um lado, por sintetizar, numa linguagem direta, o espírito de denúncia que presidiu os primeiros volumes da publicação, servindo como uma medida do impacto do golpe de Estado sobre uma sociedade que, malgrado as características populistas do período que antecedeu a ditadura, se encontrava num nível elevado de mobilização popular por questões sociais e econômicas. Por outro lado, no que se refere às peculiaridades do campo intelectual e particularmente à inserção de Ênio Silveira – que escreve as *Epístolas* em primeira pessoa. [...] Mais do que nos informar quanto às formas de participação do editor no campo intelectual, as epístolas permitem compreender a inserção pretendida pelo responsável pela RCB no debate político da época e, também, o interesse em estabelecer uma discussão com o poder instituído (Vieira, op.cit., p.105-109).

Essa fase de indefinições quanto ao sentido político e ideológico das organizações de esquerda, de choque com as novas formas de produção e reprodução culturais, marcaria o

início da resistência ao “terrorismo cultural” e da constituição de signos dessa resistência que se expressavam politicamente através da cultura, que é capaz de formular um conceito de democracia condizente com aquele contexto específico e complexo de organização das esquerdas, sob ação da repressão político-cultural e da censura. Ou seja, a esfera de produção cultural (em um plano mais amplo) e a Civilização Brasileira (em uma perspectiva mais específica), abriram o leque de debates, ao mesmo tempo em que une várias tendências políticas e ideológicas em torno de um só objetivo: o restabelecimento do processo democrático. Daí a importância, nas epístolas de Ênio, do debate sobre a liberdade de opinião, mesmo em um regime autoritário. Liberdade essa, fundada na livre expressão e criação artística e cultural.

Referências bibliográficas

ALVES, Marcio Moreira. *Marcio Moreira Alves II (depoimento, 1997)*. Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 1998.

AMADO, João. *Os jornalistas e o golpe de 1964*. Observatório da Imprensa. Disponível em <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=427MCH002>>. Acesso em 03/04/2007.

CHAUÍ, Marilena. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Cedec/Paz e Terra, 1978.

CONY, Carlos Heitor. *O ato e o fato*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

COUTINHO, Calos Nelson. Entrevista concedida a Marcelo Siqueira Ridenti. Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1996.

CZAJKA, Rodrigo. A revista civilização brasileira: projeto editorial e resistência cultural (1965-1968). *Rev. Sociol. Polit.*, Fev 2010, v. 18, n. 35, p.95-117.

_____. O Comando dos Trabalhadores Intelectuais e a formação das esquerdas culturais na década de 1960. In: CZAJKA, Rodrigo; RIDENTI, Marcelo. *Esquerdas e cultura*. Dossiê Revista Temáticas. EdUnicamp, 2011.

_____. *Praticando delitos, formando opinião: intelectuais, comunismo e repressão no Brasil (1958-1968)*. Tese de doutorado em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – IFCH/Unicamp, 2009.

FELIX, Moacyr. *Ênio Silveira: Arquiteto de liberdades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

GALVÃO, Walnice Nogueira. As falas, os silêncios: literatura e imediações (1964-1988). In: SCHWARTZ, Jorge; SOSNOWSKI, Saul (orgs). *Brasil: o trânsito da memória*. São Paulo: Edusp, 1994.

GASPARI, Elio. *As ilusões armadas: a ditadura envergonhada*. Cia das Letras: São Paulo, 2004.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Página Aberta, 1991.

MORAES, João Quartim de (Org.). *História do marxismo no Brasil: teorias e interpretações*. (V. III). Campinas: EdUnicamp, 1998.

MORAES, João Quartim de. Nelson Werneck Sodré: a fundamentação marxista do programa nacional-democrático. In: SILVA, Marcos (org.). *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. Bauru: Edusc, 2001.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1980.

MOTTA, Luiz Eduardo Pereira da. *A época de ouro dos intelectuais vermelhos: uma análise comparativa das Revistas Tempo Brasileiro e Civilização Brasileira – 1962-1968*. Rio de Janeiro, 1994. Dissertação (mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PÉCAUT, Daniel. *Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e política (1964-1969). In: *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VIEIRA, Luiz Renato. *Consagrados e malditos: os intelectuais e a editora Civilização Brasileira*. Brasília: Thesaurus, 1996.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Outros documentos/fontes

ALVES, Márcio Moreira. Delito de opinião. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24 de junho de 1964, p. 06, Primeiro Caderno.

Ameaças e opinião. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 16 de abril de 1964. Primeiro Caderno, p. 01, editorial.

CONY, Carlos Heitor. A hora dos intelectuais. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 de maio de 1964. Segundo Caderno, p. 01.

CORBISIER, Roland. *Reforma ou revolução?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 12.

Inquérito Policial-Militar n. 481. *Termo de Inquirição de Testemunha*. IPM do ISEB. Brasília, 1964. STM/SeArq. V. 02.

Inquérito Policial-Militar n. 481. *Termo de Inquirição de Testemunha*. IPM do ISEB. Brasília, 1964. STM/SeArq. V. 01.

Intelectuais e artistas pela liberdade. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 30/05/1965, p. 05.

KONDER, Leandro. Marxismo alienação. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v.1, n. 2, p. 280-286, maio, 1965.

LIMA, Alceu Amoroso. Cigarras na berlinda. In: LIMA, Alceu Amoroso. *A experiência reacionária*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968, p. 34. Crônica originalmente publicada em julho de 1965. [sem grifo no original].

_____. *Pelo humanismo ameaçado*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1966.

_____. *A experiência reacionária*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

_____. *Revolução: reação ou reforma?* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964.

Manifesto da UBE ataca terrorismo. *Correio da Manhã*, 24 de outubro de 1964, Primeiro Caderno, p. 14.

Revolução caça-intelectuais. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1964, Primeiro Caderno, p. 07.

SODRÉ, Nelson Werneck. *O terrorismo cultural*. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 1965, n. 04, p. 77.

Terrorismo cultural. *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, 1965, n.1, p. 239-297.

VIANNA, Alfredo Marques. *Revolução, reação ou reforma de Alceu Amoroso Lima*. In: LIMA, Alceu Amoroso. *Revolução: reação ou reforma*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964. (orelha do livro).